

RECENSÃO

COLÓQUIO DE HISTÓRIA MILITAR, 27, Lisboa, 2018 – *O liberalismo e os militares em Portugal: atas.* Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2019.

Luís Alves de Fraga

A Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM) todos os anos, desde 1990, leva a efeito, entre outras ações, um colóquio de história militar portuguesa, que pretende ir muito mais longe do que a análise e estudo dos feitos castrenses. Em novembro de 2018 o tema escolhido foi “O liberalismo e os militares em Portugal”.

O ano e o tema não terão sido um mero acaso, pois, completaram-se duas centúrias sobre a morte do general Gomes Freire de Andrade, chefe da conspiração que pretendia pôr fim à presença de Beresford em Portugal e trazer do Brasil a família real. Digamos, ter-se-á entendido que o período da reivindicação liberal começou nesse ano.

Para além dos discursos do presidente da CPHM e da secretária de Estado da Defesa Nacional, o volume inclui vinte e duas comunicações de valor desigual e uma comunicação de abertura.

Valerá a pena uma primeira análise geral, *arrumando* as comunicações segundo o critério que nos parece mais lógico, seguida de uma crítica mais pormenorizada sobre o valor científico e histórico desses mesmos textos, incluindo, em tal fase, a apreciação da comunicação de abertura.

Sete comunicações versam estudos biográficos em sentido absoluto; uma outra trata de um estudo de natureza literária sobre uma biografia; três relacionam biografias com atividade política. Expondo questões tipicamente militares há três comunicações e mais cinco que interligam o tema militar com matéria política. De natureza exclusivamente política são duas comunicações e uma única abrange a história da arte. Das duas de natureza política, uma, embora exposta oralmente, não foi passada a escrito e outra, das que relacionam a matéria militar com a política, não passa de uma sucessão de tópicos com indicação de fontes.

Sumariamente, podemos afirmar que as comunicações, embora dentro do tema proposto pela CPHM, são de matriz biográfica e militar-política, tendo como *pano de fundo* o liberalismo, desde 1818 até ao final do século XIX.

Continuando a seguir a *arrumação* proposta, passemos à síntese analítica de cada comunicação, por ordem alfabética do título.

Estudos biográficos

– A Casa de Cadaval e os acontecimentos político-militares de 1801-1833, da autoria de Daniel Estudante Protásio (p. 347-361). Trata-se de um pequeno estudo sobre o empenhamento dos duques de Cadaval na fase final do reinado de D. Maria I e durante a guerra civil entre os dois descendentes varões de D. João VI. Traz alguns dados curiosos sobre a importância da Casa de Cadaval na tentada revolta de Freire de Andrade, de 1818, pois alvitra ter existido a possibilidade de substituir a Casa de Bragança pela dos duques no trono de Portugal. Logo depois, os duques passam a apoiar D. Miguel e as suas pretensões ao trono.

– A difusão da imagem do General Gomes Freire de Andrade no romance histórico da atualidade, da autoria de Beatriz Peralta Garcia (p. 443-463). Trata-se de uma análise, de pendor literário, da forma como tem sido abordada a biografia de um destacado elemento do pensamento liberal português no romance da atualidade, antecedida de um estudo do papel do romance histórico na afirmação da nacionalidade e do republicanismo. É um estudo carregado de ineditismo apoiado numa ampla bibliografia e recheado de apropriadas notas de pé de página.

– A família Bívar Weinholtz e as lutas liberais no Algarve, da autoria de Fernando Bívar Weinholtz, António M. Reis de Bívar Weinholtz e Ana Isabel Silva Carvalho (p. 329-346). Trata-se de um pequeno estudo levado a efeito por três curiosos da História, que se deram ao trabalho de pesquisa documental e arquivística, que remete o leitor para uma certa aristocracia de província, neste caso, algarvia, e as suas ligações ao liberalismo por via da influência francesa, aquando das invasões napoleónicas. No estudo dos antecedentes familiares sobressai a figura do fundador do Teatro Lethes, em Faro, no edifício onde antes havia funcionado um convento jesuíta. Por outro lado, contempla, parcialmente, o desenrolar das lutas entre liberais e miguelistas no Algarve e o período imediatamente a seguir, possibilitando a compreensão, ainda que parcelar, do que foi a imposição do liberalismo naquela província meridional.

– Família Almeida Pimentel: militares e liberais em Portugal no século XIX, da autoria de Augusto Moutinho Borges e António Pereira de Lacerda (p. 417-439). Trata-se de um trabalho baseado na obra dos autores¹, o qual se centra na breve análise dos antecedentes familiares do conde de Campanhã, pormenorizando pequenos aspetos da vida de alguns dos seus antepassados, acabando em umas quantas páginas com gravuras e texto panegírico do titular.

– General António Joaquim Garcia: um militar liberal entre Portugal e o Oriente, da autoria de Augusto Moutinho Borges e Francisco Vizeu Pinheiro (p. 287-327). Trata-se da reprodução acrílica de um diário de memórias da autoria do militar biografado, que viveu a maior parte da sua carreira em Macau (1857-1889), com breves estadias em Timor e licenças em Portugal. No diário há referências à infância (nasceu em 1834 e faleceu em 1918) e a ocorrências relacionadas com a consolidação do liberalismo em Portugal até ao ano de 1853.

– José Estêvão de Magalhães e as guerras civis liberais (1826-1847), da autoria de Júlio Rodrigues da Silva (p. 509-526). Trata-se de um estudo da vida de José Estêvão, ligando-o às forças voluntárias militarizadas na luta liberal, passando pelos diferentes momentos da guerra civil que se prolonga de 1822 a 1834. Traz pormenores interessantes da vida do político e jornalista, enquanto empenhado nas ações militares do liberalismo, que não são comuns em estudos breves sobre o biografado. Assenta numa boa seleção bibliográfica.

– O Brigadeiro Madeira de Melo e a independência do Brasil, da autoria de Franklin Oliveira (p. 263-284). Trata-se de uma curiosa biografia que nos faz passar em revista breve por Portugal na época da Revolução Francesa e pelo Brasil antes e depois do regresso de D. João VI a Lisboa e entrar no processo de independência brasileira, tendo sempre a rodear os acontecimentos a pessoa do biografado, que representou, na Baía, a resistência contra

¹ BORGES, Augusto Moutinho; LACERDA, António Pereira de – *Conde da Campanhã Baltazar de Almeida Pimentel (1786-1876), ajudante de campo de D. Pedro IV, D. Augusto e D. Fernando II: herói do cerco do Porto*. Lisboa: By the Book, 2018.

o ato de D. Pedro I do Brasil. O estudo culmina com o julgamento do biografado em Lisboa, que sai absolvido. Apresenta uma extensa relação de fontes documentais e uma vasta bibliografia.

– O capitão Abreu, chefe da engenharia militar do Senhor D. Miguel, da autoria de José Paulo Berger (p. 527-540). Trata-se da biografia de um engenheiro militar que serviu no tempo do rei D. Miguel e no da rainha D. Maria II. Apanhado pelas convulsões políticas, embora desempenhando a sua ação técnica, sendo capitão chegou a coronel no absolutismo e ficou reduzido à condição de capitão separado do serviço, depois de Évora Monte, percorrendo um *calvário* doloroso e trabalhoso até, próximo dos setenta anos, ser reformado com o posto de general de brigada. Dá-nos uma perspetiva do que poderá ter acontecido a outros distintos oficiais neste tempo de guerra civil.

– O general Pamplona Côrte-Real Baron de Pamplona e conde de Subserra (1762-1832) “Ser ou não ser (liberal), eis a questão” (p. 209-259), da autoria de Rui Moura. Trata-se de uma cautelosa revisitação da biografia do general, que pretende recolocá-lo numa dimensão mais real e menos romântica, pois a tradição fez dele um lutador do liberalismo. O autor debruça-se sobre todos os aspetos da atribulada e aventureira vida do biografado, entrando em pormenores pouco conhecidos, mas fundamentados em boa pesquisa documental e bibliográfica.

– O pensamento colonial de José Barbosa Leão, da autoria de Marco Fortunato Arrifes (p. 187-208). Trata-se de uma reflexão sobre a vida do biografado, em particular sobre o seu pensamento quanto à utilidade dos territórios em África. Utiliza excessivamente o conceito de Império Colonial, que nos parece anacrónico num tempo em que nem as fronteiras dos territórios estavam bem definidas. É, sem dúvida, uma revisitação às políticas coloniais da época, à dependência da Grã-Bretanha e às soluções racionais para a exploração dos territórios africanos.

– Oficiais e pares do reino Jayme e Fernando Larcher, da autoria de Fernando Oudinot Larcher (p. 59-107). Trata-se das biografias de dois descendentes de um empresário francês radicado em Portalegre para impulsionar a produção têxtil, que seguiram a carreira militar e tiveram relacionamentos com a Maçonaria. É exaustiva a análise da vida dos biografados, contudo, estando o estudo recheado de notas de pé de página, é lamentável que não tenha sido feita a listagem da bibliografia e das fontes consultadas.

Estudos de matriz militar e política

– A guerra civil portuguesa em Santarém: lutas entre D. Pedro e D. Miguel na região em 1833 e 1834, da autoria de Fernando Rita (p. 153-160). Trata-se de um interessante, mas muito curto, estudo do impacto das operações militares da guerra civil, entre os anos de 1833 e 1834, na zona de Santarém. Apresenta uma longa bibliografia, que quase tem a dimensão do próprio texto.

– As campanhas militares de 1826 e 1827 segundo a correspondência dos 7^{os} marqueses de Fronteira, da autoria de Nuno Simão Ferreira (p. 365-39). Trata-se de um estudo analítico, excelentemente baseado em documentos coevos e boa bibliografia, sobre a divisão do Exército de Portugal entre os miguelistas e os liberais, durante um tempo curto. Referindo, também, o papel das guerrilhas leais a D. Miguel. Traz-nos novas informações sobre como começou a guerra civil.

– Memórias e narrativas das fortificações do cerco do Porto, da autoria de Sérgio Veludo Coelho (p. 125-151). Trata-se de um rigoroso estudo de pormenor sobre as fortificações dos realistas e dos liberais, apoiado em algumas imagens das cartas militares da época e de ampla bibliografia, oferecendo-nos uma visão dinâmica dos movimentos militares feitos sobre as edificações defensivas e ofensivas durante o cerco da cidade.

– O 24 de Abril de 1851: Saldanha e o pronunciamento da Regeneração, da autoria de Abílio Pires Lousada (p. 541-553). Trata-se de breve, porque sintético, estudo do liberalismo até ao golpe de Saldanha e, depois, de uma rápida descrição, com pormenor, do desenrolar do golpe e dos benéficos resultados advenientes, no imediato, de

mais essa intervenção dos militares na política nacional. Pena é que, embora com notas de rodapé, não apresente, no final do trabalho, a bibliografia consultada e citada.

– O desempenho político de D. Leopoldina, imperatriz do Brasil, da autoria de Maria de Jesus Pessanha Caimote Duarte (p. 109-122). Trata-se de um brevíssimo estudo do papel de mulher daquele que foi D. Pedro IV de Portugal e I do império brasileiro. Procura levantar a hipótese de o pouco relevo histórico dado à imperatriz resultar de uma questão de género. Não chega a uma conclusão, pelo menos temporária. Excessivo número de imagens na relação com a dimensão do texto. Apresenta uma razoável bibliografia, mas, no texto, nem sempre indica a forma mais fácil de se chegar às transcrições feitas.

– A implantação do liberalismo e o início das intervenções militares na política nacional, da autoria de João J. Brandão Ferreira (p. 43-58). Trata-se de um trabalho onde o autor recorrentemente compara o passado – mesmo que historicamente recente – com o presente, cometendo erros por prática de anacronismos; acresce que se apresenta mais como um artigo de opinião do que como um estudo de natureza histórica; ou seja, a História está em pano de fundo, mas prevalece sobre ela uma perspectiva política *condenatória*, sem disfarce, do liberalismo, facto que faz, também sem disfarce, sair o texto do âmbito histórico para o colocar no plano de artigo de opinião ou no da análise política provocatória. Tem uma breve bibliografia.

– O liberalismo parlamentar constitucional e o Exército Português (1834-1910-1976): um ensaio, da autoria de Pedro de Avezil (p. 397-416). Trata-se de um texto, que, observado em pormenor, é um esboço de um trabalho que não foi escrito. Faz uma análise retrospectiva demasiado longa sobre os antecedentes do liberalismo, misturando-a com meros tópicos, por isso, não desenvolvidos, sobre acontecimentos vividos na época liberal. Não apresenta bibliografia e são, apenas, vinte e uma as notas de rodapé.

– O pronunciamento liberal no Funchal de janeiro de 1821 e a posição dos militares em serviço na Madeira, da autoria de Rui Carita Silvestre (p. 489-505). Trata-se de um interessantíssimo estudo sobre como foi conduzida e desenvolvida a situação na Madeira e, em especial, no Funchal, por parte do governador e capitão-general Sebastião Xavier Botelho e, depois, como foi recebida a delegação madeirense nas Cortes, em Lisboa. Apresenta bibliografia e referências arquivísticas.

– Os militares na revolução liberal de 1820: condicionantes da sua actuação, da autoria de António Pedro Vicente (p. 161-183). Trata-se de uma curta, mas excelente, revisitação dos primórdios da revolução liberal, onde se dá o relevo necessário e efetivo aos militares como motores das *ideias modernas*. Seguem-se, em anexo, transcrições de textos coevos capazes de levar ao entendimento da ação de 24 de agosto de 1820. Completa o estudo a listagem da bibliografia.

– Santarém e o liberalismo, da autoria de Manuel Fernando Ribeiro da Silva (p. 261). O autor não entregou a comunicação escrita.

Estudo do âmbito da história da arte

– Monumentos a D. Pedro IV em Portugal: história e arte, da autoria de Augusto Moutinho Borges (p. 465-487). Trata-se de um estudo onde se diz expressamente que não esgota toda a informação, mas que reúne a mais essencial para o levantamento exaustivo dos monumentos a D. Pedro IV existentes em território nacional. Para além de mostrar fotografias de cada monumento, anexa-lhes a informação sumária, bem como a data. É um estudo que ajuda a compreender a importância do rei no imaginário nacional. Faz-se acompanhar de uma adequada bibliografia.

Comunicação de abertura dos colóquios

– Ave César, da autoria de Maria de Fátima Bonifácio (p. 31-40). Trata-se de uma reflexão sobre a importância do herói na História, na sociedade e na nação ou, indo mais longe, na Ética, dentro da escala valorativa tida como essencial para a perenidade dos valores tradicionais. A autora recorre-se da análise de exemplos clássicos para chegar a César, ao estudo das suas campanhas e da sua aclamação política em Roma e do seu assassinato. Faz o elogio do épico e condena o tempo presente de memória curta e volátil.

Não tendo escolhido para reflexão uma das várias possibilidades que o amplo tema do colóquio permitia, a autora preferiu uma abordagem menos focada, contudo, transversal a todo o universo castrense, quando ele se cruza com a política ou com o *ethos* guerreiro e épico característico da atividade bélica. Embora, ao longo do texto, identifique a autoria das citações feitas, não deixou, no final, as referências bibliográficas.

Discursos inaugurais

– Do presidente da Comissão Portuguesa de História Militar, da autoria de Alexandre de Sousa Pinto (p. 19-24). Trata-se da reprodução das palavras protocolares usuais neste tipo de acontecimento académico, com especial referência ao prémio Defesa Nacional instituído pelo Ministério da Defesa.

– Da secretária de Estado da Defesa Nacional, da autoria de Ana Santos Pinto (p. 25-28). Trata-se da reprodução das palavras protocolares usuais neste tipo de acontecimento, dando especial ênfase não só ao prémio Defesa Nacional como, também, às finalidades da Comissão e à importância da História tida nos tempos correntes.

Em conclusão, o conjunto de comunicações centrou-se muito mais na História Biográfica do que na Política e Militar, caracterizando-se por algumas dessas comunicações – evidenciadas aquando da síntese analítica por nós feita anteriormente – atingirem, na nossa opinião, valor historiográfico significativo a par de outras que se limitam a relatos de uma *história* pessoal sem relevância para a compreensão do período e tema do colóquio.

Luís Manuel Alves de Fraga, Universidade Autónoma de Lisboa, 1169-023 Lisboa, Portugal. luismalvesdefraga@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1592-2054>

FRAGA, Luís Alves de – Recensão ao livro COLÓQUIO DE HISTÓRIA MILITAR, 27, Lisboa, 2018 – *O liberalismo e os militares em Portugal: atas*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2019. *Cadernos do Arquivo Municipal* [Em linha]. 2ª Série Nº 14 (julho-dezembro 2020), p. 237-241. Disponível na Internet: <https://doi.org/10.48751/CAM-2020-14101>
